

# A república da exceção

**Luiz Alex Silva Saraiva**

Uma oposição tenta apoderar-se do poder; ganhe ou perca, a lei da ação histórica deseja que se metamorfoseie. Se o triunfo é definitivo, torna-se a medida da história e, edificando o futuro, decide sobre o sentido do passado. Em caso de derrota, a situação já é mais complexa. Que acontece aos opositoristas? Quem os julgará? Em nome de que princípios? E como se julgarão eles próprios? Aceitarão as normas dos vencedores?

*Jean-Paul Sartre*

A guerra do presente é uma guerra camaleônica baseada em um Estado de Exceção (AGAMBEN, 2007), e voltada contra um inimigo constante, mas mutante – como o narcotráfico, o terrorismo, os países ditos “perigosos” (TORRES DEL RÍO, 2013), ou o “comunismo”, no caso do Brasil. Ela se mantém explorando, a todo custo, uma tensão que deve ser mantida permanentemente, voltada contra algo que ameaça a ordem e a civilidade estabelecidas, razão pela qual deve se lançar mão de todo e qualquer artifício que possa garantir o “bem comum”. Não poderia ser



mais precisa a leitura do que se passa hoje em todo o mundo, especialmente com a eleição do candidato republicano para a Presidência dos Estados Unidos em novembro de 2016.

A exceção não constituiria a mancha obscena dentro de um regime de governo democrático essencial, mas sua condição ontológica, sua possibilidade efetiva de funcionamento. A exceção assim caracterizada é, portanto, uma exterioridade interna, sua condição imanente<sup>1</sup>.

Essa noção de manutenção da ordem faz com que surja a ideia de “guerra justa”, isto é, aquela dirigida aos que “merecem ser combatidos” por, de alguma forma, perturbarem a “paz” e a “ordem”. Daí que emergjam “vingadores”, aqueles com a “coragem” para fazer “o que precisa ser feito”, normalmente partindo de exceções. Produzindo uma economia de guerra globalizada, os vingadores buscam estopins para fazerem recrudescer a intolerância, a violência e o radicalismo em todo o mundo, mas sempre vitimizando sua posição e demonizando os adversários, em um jogo de cartas marcadas no qual os opositores já foram julgados e condenados porque não fazem “a coisa certa”.

Observa-se, de acordo com Torres Apablaza (2016, p. 163), “a propagação de uma racionalidade orientada à gestão judicial e policial das formas de excedência que,

---

<sup>1</sup> Tradução livre.

ao supor uma ameaça para a estabilidade da ordem, será preciso controlar e evacuar o corpo social<sup>2</sup>. Com isso, é fácil supor uma atrofia do Estado social e uma hipertrofia do Estado penal, regidas com a perspectiva de, no nível da população, administrar uma carga de risco que não se pode e mesmo não se pretende, de fato, reduzir.

Voltando à frase que abre este editorial, Sartre não poderia especular com mais precisão sobre o momento pelo qual passa o Brasil e, em particular, sobre o ano de 2016, definitivamente um ano para esquecer. Todavia, esse esquecimento, muito desejado em função de uma série de desventuras inacreditáveis, mais próximas de um *script* excessivamente criativo, precisa de reflexão para que não pequemos por omissão. Esquecer nos preserva afetivamente, mas nos omite do ponto de vista político – o que é inadmissível.

E do que falamos? Do recrudescimento da direita, em inúmeras manifestações (SARAIVA, 2015b). Presenciamos, boquiabertos, em 31 de agosto de 2016, o *impeachment* de uma Presidenta de República legitimamente eleita com mais de 54 milhões de votos por um crime de responsabilidade que ela não cometeu, levado a cabo por um Congresso Nacional repleto de políticos acusados e/ou condenados na justiça. Infelizmente não lhes faltou apenas moral; faltou decoro,

---

<sup>2</sup> Tradução livre.

seriedade, honestidade e, mais importante, respeito à soberania do voto popular. Foi inaugurada no Brasil oficialmente uma República de Exceção, na qual quem se locupleta do poder decide se há regras, a quem se dirigem, quando e como aplicá-las, da forma que melhor lhes parecer, um escárnio evidente.

A sequência de acontecimentos é assustadora. Para construir o cenário do golpe, os derrotados nas urnas e seus aliados trabalharam no sentido de aumentar a proporção da crise de maneira assustadora. Bastava ligar a televisão, ou se abrir o jornal, para se ver noticiada a catástrofe em que o país vivia: nenhuma notícia positiva, nenhum ganho, nenhum reconhecimento de qualquer avanço, em nenhum campo. E isso era apresentado de uma maneira tal que ficava claro que era apenas a incompetência do governo a responsável – por tudo. Com boa dose de descontextualização, a crise pela qual o mundo passa foi silenciada, para ser o quadro negativo um problema exclusivo do país que havia escolhido o governo “errado”. Em outras palavras, se o país tivesse votado “direito”, escolhido o “candidato certo”, aquele definido e apoiado pela grande mídia, não estaria dessa forma o país.

A esse intensivo trabalho da mídia e dos derrotados, somam-se outros acontecimentos estarrecedores, como o acovardamento e a conivência – para ficar no mínimo – do Supremo Tribunal Federal. Legitimar, por omissão, a

destituição sumária de uma Presidente da República democraticamente eleita com mais de 54 milhões de votos sem questionar juridicamente os atos do poder legislativo é, na prática, instituir o parlamentarismo no país, desequilibrando os três poderes, o que fere a Constituição Federal de 1988. Além disso, se temos em mente que havia um aumento aos ministros do STF em jogo, que havia sido barrado pela Presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, e que foi concedido pelo seu sucessor, parece ter havido um arranjo para um silêncio oportuno e favorável ao novo governo golpista (SARAIVA, 2015a).

Sobre esse governo, o mínimo que se pode dizer é que se trata de um governo conservador, impopular, repleto de políticos acusados em esquemas diversos de corrupção e/ou representantes de *lobbies* empresariais, voltado claramente ao favorecimento do empresariado, em detrimento direto dos trabalhadores e cidadãos desse país. De uma hora para outra direitos sociais históricos são transformados em “privilégios” e, com o apoio intenso da mídia, a população é bombardeada com uma enganosa versão dos fatos fabricada nas entranhas do Palácio do Planalto.

A violência se alastra de forma assustadora, seja contra as legítimas manifestações estudantis, em particular contra as ocupações de escolas de ensino médio e universidades públicas e privadas em todo o país, seja contra o direito de

greve dos funcionários públicos, seja quanto à “mudança” do conceito de trabalho escravo para beneficiar ricos empresários do agronegócio, seja pela proposição, alteração e aprovação de um pacote anticorrupção “mais brando” por políticos, muitos dos quais réus em processos de corrupção.

A crise institucional é galopante, como atesta a recente desobediência do Presidente do Senado a uma liminar de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. O governo ilegítimo alega que são necessárias medidas duras para por o país “nos eixos” novamente e, para isso, põe em prática uma série de ações que jamais teriam vencido nas urnas, como, por exemplo, a negociação direta entre patrões e empregados como algo superior ao estabelecido pela CLT, a proposição e implantação – sem nenhum diálogo com a sociedade civil – de um modelo de ensino médio asséptico e alienante, a mudança da idade mínima de aposentadoria mediante um malabarismo estatístico mentiroso sobre o déficit da previdência brasileira, a Proposta de Emenda Constitucional 241/55, que congela os investimentos atuais em saúde e em educação nos próximos 20 anos, só para ficar em algumas, aspectos que, em conjunto, põem a austeridade fiscal em foco em detrimento de direitos e interesses da população brasileira.

Todavia, não está havendo retomada econômica e tampouco aprovação popular, conforme atesta o mais baixo nível de aprovação de um governo federal da



história do país (86% consideravam, em dezembro de 2016, o governo golpista como regular, ruim ou péssimo, de acordo com o Datafolha). Observa-se uma desconfiança generalizada de um povo que assiste, preocupado, essa enxurrada de fatos associados à anistia de dívidas, benefícios e incentivos para alguns grupos empresariais “amigos”.

“E os Estudos Organizacionais com isso?”, você pode se perguntar. Em primeiro lugar, apesar de a universidade em muitos aspectos corresponder à metáfora da torre de marfim, não vivemos em uma bolha. Um de nossos pilares é a necessária contextualização histórica do que se passa nos domínios da organização. Rejeitamos a visão convencional da Administração de que é possível pensar uma técnica desprovida de sociedade, de história, de contexto. Isso não corresponde ao que se passa, de fato, nas organizações.

Segundo, este periódico se propõe a ser, já a partir do próprio nome, uma “Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade”. O que se passa nesta nos afeta diretamente, como não poderia deixar de ser, já que nossa existência como sujeitos se dá em sociedade. Só para ficar em um caso mais óbvio, a aprovação da PEC 241/55 pode significar a inviabilização deste periódico por falta de recursos para o funcionamento da Universidade Federal de Minas Gerais. E contra tudo isso sistemática e enfaticamente dizemos NÃO!



Apesar desse tsunami de notícias ruins, uma boa notícia veio para nós de Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade: a nova classificação de periódicos 2015 da CAPES, divulgada em dezembro de 2016, registrou nova ascensão do nosso periódico. Agora somos B4 na área de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo, B4 na área de Ciências Ambientais, B5 na área de Engenharias III, B4 na área de Geografia e B2 na área de Psicologia. Essa reclassificação nos deixou satisfeitos, mas não acomodados. Tanto que tomaremos algumas medidas voltadas à indexação e ingresso em bases de dados, de maneira a ter um periódico cada vez mais qualificado e representativo para a nossa área.

A capa deste número oito de Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, *Tempo Tempo Tempo Tempo* é de autoria de *Raul Ribeiro*. A partir dessa fotografia de uma estátua localizada em Paris, ele reflete sobre o tempo, socialmente construído e sua complexa e multifacetada teia de possibilidades.

Sobre esta capa e todas as capas até o momento, precisamos aqui fazer uma correção oportuna, um registro que consideramos imprescindível. Vitor Drummond, o competente e comprometido profissional que “deu a cara visual” à Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, tendo criado o padrão de diagramação e o logotipo da revista, continua trabalhando voluntariamente conosco desde o primeiro número, sempre produzindo as capas





e definindo o esquema de cores de cada edição. Pedimos desculpas pela omissão de seu trabalho nos números anteriores e registramos a sua importância para que este periódico seja o que é.

A primeira seção deste número se refere ao segundo dossiê temático que Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade publica. Desta vez, damos lugar a uma série de textos sobre *História, Memória, Cotidiano e Administração*, uma proposta ousada e muito bem conduzida pela equipe de Editorxs Especiais desde dossiê, formada pelxs professorxs Sérgio Wanderley, da Universidade do Grande Rio, Amon Narciso de Barros, da Fundação Getulio Vargas, Alessandra de Sá Mello da Costa, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Alexandre de Pádua Carrieri, da Universidade Federal de Minas Gerais, e a quem agradecemos pelo esforço e pela qualidade do dossiê temático.

É deles (*Sergio Wanderley, Amon Narciso de Barros, Alessandra de Sá Mello da Costa e Alexandre de Pádua Carrieri*) o primeiro texto do dossiê temático, *Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente*, no qual eles discutem brevemente o panorama dos principais grupos e discussões relacionados à interface entre História, Memória e Estudos Organizacionais no país.



No segundo texto, *A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico*, Renato Koch Colomby, Amanda Peres, Fernanda Tarabal Lopes e Silvia Generali da Costa se propõem a discutir sobre o uso e as possibilidades das Histórias de Vida como pesquisa nos Estudos Organizacionais, tendo para isso realizado um estudo bibliométrico sobre o tema nos principais periódicos e congressos nacionais publicados no período de 2008 a 2015. Concluem que essa possibilidade ainda é pouco explorada, em parte por haver confusão em trabalhos que fazem uso do método.

No texto seguinte, *A introdução da disciplina de marketing no Brasil: “uma linguagem comum que nos une”*, Marcelo Boschi, Denise Franca Barros e João Felipe Rammelt Sauerbronn apresentam uma parte negligenciada da história do conhecimento em Administração no Brasil que vem sendo negligenciada: as origens da disciplina de marketing, associada a um quadro de referência de troca de “saberes técnicos” entre os EUA e o Brasil que foi constituído no contexto da Guerra Fria. A substituição do modelo de ensino de gestão português pelo modelo estadunidense, no qual a disciplina de marketing cumpre um papel fundamental do ponto de vista ideológico, atendeu simultaneamente aos interesses norte-americanos de dominação e expansão empresarial e aos interesses de uma elite local que ansiava pelo desenvolvimento industrial e pela ruptura com o passado agrário.

*Elcemir Paço Cunha e Leandro Theodoro Guedes se propõem a determinar a presença da "teoria das relações humanas" como ideologia na particularidade brasileira em seu artigo "Teoria das relações humanas" como ideologia na particularidade brasileira (1929-1963). A partir de uma discussão das teorias da administração como ideologias, o texto explora evidências da eficácia e da duração de tal teoria na realidade brasileira apreendida como formação hipertardia do capitalismo. Os resultados apontam que, por mais que existam traços de sua circulação, a efetividade daquela teoria como ideologia parece ser identificada nos limites de grande corporação multinacional, mas que não se torna uma mediação geral sobre os conflitos sociais.*

*Pode a área de estudos organizacionais ser historiográfica? Adele de Toledo Carneiro problematiza as produções nacionais sobre história em Estudos Organizacionais e identificar as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores na área para o desenvolvimento desta temática como campo teórico no Brasil. Após analisar as especificidades da pesquisa histórica e explorar questões construídas ao longo da historiografia sobre o olhar do passado no momento presente, reflete sobre como estas abordagens podem servir ao estudo de organizações para ampliar a investigação sobre objetos no ponto de vista espacial e temporal, concluindo que o desenvolvimento nesse sentido pode fundamentar pesquisas que utilizam a análise histórica em seu viés paradigmático e metodológico.*

*Gabriel F. Marinho* assina um texto convidado, *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais: a produção de sentidos simbólicos em um país polarizado*, no qual descortina o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, organização social que, a partir da década de 1960, voltou-se para a produção de bens simbólicos na forma de curtas-metragens anticomunistas e defensores do liberalismo econômico. O autor problematiza como essas obras audiovisuais refletem os valores da instituição mas também como se opera a sobreposição dos valores políticos do Ipês e dos autores desses filmes.

A seção entrevistas conta com duas contribuições. A primeira delas, *Fontes históricas: arquivos e documentos na construção da historiografia do golpe empresarial-militar de 1964*, entrevista de *Martina Spohr Gonçalves* concedida a *Sérgio Wanderley* e *Alessandra de Sá Mello da Costa*, objetiva contribuir para a discussão acerca da utilização de fontes e acervos históricos. o artigo de Gabriel é complementado pela entrevista com *Martina Spohr* Ela nos conta sobre como utilizou em sua tese arquivos até então inexplorados e sinaliza como eles podem ajudar a (re)contar a história do golpe que, para ela, foi um golpe empresarial-militar.

Na segunda entrevista, *Um panorama dos estudos organizacionais no México*, *Jorge Alberto Rosas Castro*, Secretário Geral da Rede Mexicana de Pesquisadores em Estudos Organizacionais, concedida a *Luiz Alex Silva Saraiva*, Editor-Chefe de Farol



– Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, o entrevistado tratou dos Estudos Organizacionais no México, na organização da REMINEO, e nos desafios da integração dos Estudos Organizacionais na América Latina.

A seção artigos traz três textos. No primeiro deles, *Formas não convencionais de organização na América Latina: reflexões acerca do discurso de desenvolvimento no modo de vida dos faxinais*, Antônio João Hocayen-da-Silva, Fabio Vizeu e Rene Eugenio Seifert se prestam a compreender o impacto do discurso e das ações alinhados a uma visão desenvolvimentista sobre a organização, o modo de produção e o convívio social nas Comunidades Tradicionais de Faxinais. A pesquisa sugere que as contradições no acesso e no uso dos territórios comunitários, reproduzidas pelo discurso da propriedade privada e da eficiência produtiva, reforçam os conflitos entre o modo de vida tradicional das comunidades faxinalenses e os propósitos desenvolvimentistas de atores públicos e privados. Processo que tem promovido uma acelerada fragmentação de elementos culturais e da coletividade, característicos dos Faxinais.

Em *Representações como práticas organizativas da cidade de Caruaru/PE*, Elisabeth Cavalcante Santos, Milene Felix de Almeida e Diogo Henrique Helal refletem sobre representações como práticas organizativas na cidade-organização de Caruaru, em Pernambuco, no período das festividades juninas. O argumento central do

trabalho é que as representações servem à manutenção da ordem social com base na distinção, o que aproxima o conceito de representação e prática organizativa. Os autores concluem que o forró e o *bregaFunk* são representações da cidade de Caruaru que apresentam elementos tradicionais e modernos no mesmo tempo e espaço e, enquanto práticas organizativas, permitem certa organização da cidade, baseada na distinção social.

No último texto da seção, *Prazer e sofrimento no trabalho: vivências de mulheres soldados da PMMG*, *Jéssica Gabrielle Mathias do Carmo*, *Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães* e *Mariana de Lima Caeiro* estudam as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de mulheres soldados em uma unidade da Polícia Militar de Minas Gerais, adotando teoricamente, para isso, a Psicodinâmica do Trabalho. Os principais resultados sugerem que as questões de gênero e de poder se entrelaçam com o trabalho das entrevistadas, o que influencia sua percepção em relação ao próprio trabalho tanto em termos de prazer quanto de sofrimento.

Dada a importância da questão da Proposta de Emenda Constitucional 241/55 e seus terríveis desdobramentos para o povo brasileiro, convidamos três colegas professores para contribuírem para a seção Depoimentos. Na primeira delas, *Tudo de novo, outra vez*, *Regina Helena Alves da Silva* nos brinda com um breve e emocionante depoimento baseado nas suas memórias. A autora teme um futuro

obsuro, que de alguma forma reproduza o passado que já existiu recentemente na ditadura militar brasileira.

O segundo depoimento, de *Deise Luiza da Silva Ferraz, Impotência, sim; Inatividade, não! Do que adiantou, se a PEC passou?*, explora a necessidade de mobilização constante de todos os segmentos da sociedade, além de empatia solidariedade contra quaisquer tipo de opressão oriunda da associação entre capital e Estado, como temos observado recentemente no país.

O último depoimento vem de *Carlos Henrique Pinheiro*, que nos entrega, em *A PUC e a PEC*, um relato pessoal e interessado nas manifestações estudantis no âmbito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que chamaram a atenção por, em princípio, as instituições privadas de ensino superior não serem diretamente afetadas pela PEC 241/55. Ele apresenta os equívocos dessa percepção e sugere linhas para a problematização mais ampla da questão.

Por fim, na última seção, Relatórios, temos dois textos: no primeiro registramos nominalmente e agradecemos a cada um dos colegas que voluntariamente trabalharam na avaliação e melhoria do material submetido ao periódico. São essas pessoas que concretamente permitem que Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade aos poucos se consolide como um lugar cada vez

interessante na comunidade ibero-americana de Estudos Organizacionais. No segundo texto, apresentamos as estatísticas da revista no ano de 2016, uma prestação de contas à nossa comunidade.

Desejamos a todos uma excelente leitura, e um ano de 2017 de muita luz!

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Estado de exceção. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. 144 p.

SARAIVA, L. A. S. O silêncio conivente. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 727-734, dez. 2015a.

SARAIVA, L. A. S. À violência, a luz! Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 1-8, abr. 2015b.

TORRES APAPLAZA, I. La seguridad de la vida gobernada. Polis. Revista Latinoamericana, Santiago, v. 15, n. 44, p. 161-180, 2016.

TORRES DEL RÍO, C. las “cruzadas” del capital (o cómo la guerra cambió de nombre). Memória y Sociedad, Bogotá, v. 17, n. 34, p. 111-129, Ene./Jul. 2013.





## Como citar esta contribuição

SARAIVA, L. A. S. A república da exceção. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 812-828, dez. 2016.